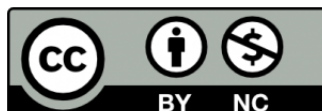




Repositório Institucional da Universidade de Brasília
repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Esta licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial

VIRGÍLIO CAIXETAARRAES*

Introdução

A Segunda Guerra do Golfo deve ser balizada não como um confronto desigual entre Estados Unidos – a única hiperpotência¹ – e o Iraque – um Estado periférico – alquebrado por conflitos militares nos últimos vinte e cinco anos e sanções econômicas internacionais há mais de uma década. Indo-se além da conjuntura imediata, poder-se-ia extrair a visão de que a nova ordem mundial, proclamada no interstício entre o fim do socialismo real e o desaparecimento formal da União Soviética, estala, em função de contradições aparentemente insolúveis das desigualdades inerentes ao processo de globalização. A União Soviética desapareceria, em curto espaço de tempo, sem confrontação militar, sem violência exacerbada e, por fim, sem movimento algum de vanguarda. Em suma, 1989 expressaria o fim de “(...) um longo período da história internacional no qual um movimento de contestação da forma capitalista hegemônica foi identificável”².

Atualmente, enfatiza-se a inexistência de contrapartidas ideológicas significativas: apesar do argumento de que a China oficialmente ainda pertence ao campo socialista, deve-se reconhecer seu redirecionamento, ainda que bastante gradativo, à economia de mercado, de modo que “(...) nenhum programa de desafio político revolucionário ao capitalismo liberal vindo da esquerda teria hoje qualquer crédito ou apoio sério: o desafio comunista está esgotado”³. Restariam as variantes sociais-democratas, as quais, para sobreviver perante a nova ordem, reformular-se-iam como Terceira Via, justificada como uma atualização do ideário de igualdade e justiça social, ou seja, compor-se-ia como fusão madura das qualidades do capitalismo e socialismo, com a suposta superação dos radicalismos por que havia passado o mundo – principalmente a Europa – durante o século passado. Anteriormente, a ausência de uma alternativa político-econômica mediana representaria para os reformadores comunistas no final dos anos 80 a resignação final⁴.

A nova ordem, proclamada com vistas à promoção permanente do desenvolvimento e da paz, residiria no binômio político-econômico da democracia

(neo)liberal, considerada o último estágio da evolução do espírito, de forma que a humanidade assistiria ao fim da história. A extinção da Guerra Fria assinalaria o nascimento eufórico de um mundo em via de uniformidade tanto política como econômica. As divergências remanescentes seriam de ordem menor e poderiam ser solucionadas diplomaticamente. O multilateralismo se reforçaria mais e, conseqüentemente, o direito internacional. Os interesses nacionais das grandes potências convergiriam naturalmente. Finalmente, chegar-se-ia à paz perpétua kantiana, corolário da ratificação dos princípios universais da razão.

Antecedentes da Nova Ordem: a extinção do “socialismo real” como contraponto

Durante décadas, a União Soviética seria encarada como uma ameaça de grau variado, porém real, à manutenção do capitalismo como *modus operandi* do sistema internacional, especialmente quando de seu nascimento ainda durante a Primeira Guerra Mundial. Seu poder de encantamento sensibilizaria tanto colônias européias como países da América Latina, em decorrência de sua doutrina de apelo universal – autodeterminação dos povos, antiimperialismo e prevalência dos direitos de subsistência sobre os de propriedade, internacionalismo proletário.

A resposta ideológica não viria da Europa, mas dos Estados Unidos, ao evocar também a autodeterminação, além da emancipação material do cidadão comum – consumo em massa – acima dos direitos absolutos de propriedade e do governo. Ambos os lados se veriam de modo excludente, de forma que, após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se preocupariam em assegurar sua primazia dentro do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, bloquear o avanço comunista representado pela União Soviética, que optaria pelo isolamento.

Cerca de sete décadas depois, o único setor em que os soviéticos se desempenhariam bem comparativamente com os norte-americanos seria o militar. Outrossim, obteriam relativo sucesso na competição estratégica-ideológica por países do Terceiro Mundo, especialmente na Ásia⁵.

Causas da derrocada

As raízes dos elementos que eliminariam a União Soviética da competição intersistêmica encontrar-se-iam nos primeiros anos da década de 1970, em que, à primeira vista, havia a possibilidade real de o Ocidente ser superado. Destaque-se, no entanto, que a robustez do Leste europeu ocorreria mais em termos de prestígio e influência, visto que mesmo a elevação média dos padrões de bem-estar material jamais granjearia condições de equipará-lo com o Primeiro Mundo. O ponto de partida seria a crise provocada na política norte-americana por causa do desastre na Guerra do Vietnã. Como extensão, o país decretaria o fim do

padrão-ouro em 1971, haveria o Primeiro Choque do Petróleo em 73 e surgiria uma onda nacionalista/ comunista no Terceiro Mundo.

A reação dos Estados Unidos seria ampla e vigorosa: internamente, nas linhas demarcatórias do sistema capitalista, haveria a reestruturação da divisão internacional do trabalho, com a transferência para o Terceiro Mundo de unidades produtivas que empregassem maciçamente, de modo que se reduzissem os custos salariais, além de reforçarem-se diplomaticamente os laços com os países receptores do investimento externo direto (IED)⁶.

Externamente, o acirramento da concorrência com a União Soviética em três campos: intensificação da corrida armamentista, ampliação de restrições econômicas e tecnológicas por parte dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e dilatação dos auxílios aos movimentos de guerrilha anticomunista na periferia. Isoladamente, não causariam o desmoronamento do bloco soviético, mas integrados, promoveriam sua liquidação⁷.

(a) Corrida armamentista

Ao longo do período bipolar, o Pentágono se transformaria no principal indutor do desenvolvimento da maior parte das indústrias de ponta do país. Consoante o então Comandante da Força Aérea, Stuart Symington, segurança carregaria subsídios, de modo que setores como os da tecnologia da informação e telecomunicações seriam prioritários⁸.

Os soviéticos sempre gastaram mais em termos de produto interno bruto (PIB) do que os norte-americanos, sem, no entanto, conseguir plena igualdade. Com isso, privaram-se de recursos importantes para outros setores estratégicos. Todavia, a extensão do seu arsenal representaria prestígio e status, principalmente na periferia. Desse modo, seria a continuação da política por outros meios.

A grandeza relativa dos gastos do PIB não teria, na prática, maior significado, dado que, em termos absolutos, os Estados Unidos sempre deslocaram mais recursos. A competição fez com que a União Soviética procurasse debalde equiparar-se com os Estados Unidos, senão qualitativa, ao menos quantitativamente.

Ainda assim, os Estados Unidos, em face do fracasso do Vietnã, do Primeiro Choque do Petróleo e do aparente crescimento geográfico do bloco soviético, promoveriam sua reestruturação bélica. Na metade da gestão Carter, os seus planejadores afirmaram que, se não houvesse a re-configuração imediata do perfil militar do país, os soviéticos poderiam interpretar que o Ocidente se enfraquecia, o que estimularia mais ainda o avanço comunista. Castells, no entanto, discorda:

(...) embora haja coincidência histórica entre a concentração de novas tecnologias e a crise econômica da década de 70, sua sincronia foi muito próxima e o 'ajuste tecnológico' teria sido demasiadamente rápido (...) os caminhos seguidos pela

indústria, economia e tecnologia são, apesar de relacionados, lentos e de interação descompassada (...)”⁹.

De toda forma, três acontecimentos irmanados no Oriente Médio e adjacências efetivariam a opção mais conservadora de Carter: a emergência do II Choque do Petróleo; a Revolução Iraniana; e a ocupação do Afeganistão pela União Soviética. Ante eles, Carter, em mensagem ao Congresso em 1980, cunharia sua doutrina, que asseguraria a primazia da presença de seu país no Oriente Médio.

A partir dessa mudança, seria possível, entre outros, ampliar o número de mísseis na Europa, apoiar a nascente guerrilha fundamentalista afegã e criar a Força de Deslocamento Rápido (FDR), que se tornaria o embrião do Comando Central Norte-Americano (CCNA), que teria por raio de ação a área compreendida entre a África Oriental e o Afeganistão, onde tropas poderiam ser deslocadas de modo célere para evitar a chance de mais turbulências políticas na região.

Apesar de restrições à presença de tropas americanas em território árabe-muçulmano, o país conseguiria estabelecer uma base de estocagem em Omã. Embalados por alianças anticomunistas, Arábia Saudita e Turquia passariam a receber quantidades expressivas de armamentos sofisticados.

Paralelamente, haveria a realização de outras ações como: a conclusão de dois acordos com o Panamá sobre o uso do seu canal; a articulação da paz entre Israel e Egito, que se reconciliariam em março de 1979; a conclusão do processo de reatamento de relações com a China; a assinatura do segundo acordo de redução de armas estratégicas – Strategic Arms Limitation Talks (SALT) – em junho de 1979 com a União Soviética que, posteriormente, não seria ratificado pelo Senado, como retaliação à ocupação do Afeganistão, encerrando mais de uma década de negociação¹⁰.

A nova postura não foi suficiente para garantir a reeleição de Carter, mas seria mantida pelo seu sucessor republicano, Ronald Reagan, que a aprofundaria, com projetos dispendiosos como o da Guerra nas Estrelas, que alterariam sobremaneira o *modus operandi* do país, ao disseminar:

O uso de tecnologias de informação e comunicação, com vistas a melhores condições de desempenho nas operações de guerra; aperfeiçoamento dos mecanismos de precisão de bombas e mísseis; desenvolvimento de armas a serem utilizadas sob comando remoto; aplicação de novas técnicas de blindagem aos veículos de combate. Todas essas medidas emulariam a União Soviética a responder à altura¹¹.

Tradicionalmente, se o recurso à força é endereçado como *ultima ratio* do sistema internacional, a partir do advento dos armamentos nucleares, forçosamente ambas as superpotências teriam de estabelecer a coexistência pacífica, em virtude do medo da destruição mútua. É possível que a União Soviética

tenha transformado a corrida armamentista como um fim em si mesmo, decorrente do fato de ser o único campo em que realmente podia competir, embora com êxito relativo.

Uma outra interpretação possível para o grau em que se manteve a disputa militar seria encontrada no campo econômico, ou seja, uma saída para a absorção crescente de mão-de-obra e recursos destinados à hipótese remota de um conflito de grandes proporções. De seus excedentes da produção, extrair-se-iam elementos necessários para atrair e armar (possíveis) aliados, com a obtenção de bons lucros, além da aproximação ideológica¹².

(b) Restrições econômicas

Desde o início da bipolaridade, a União Soviética sentiu dificuldades, com vistas à obtenção de créditos e compartilhamento de tecnologia, o que representaria um relacionamento intersistêmico aquém do almejado para seu desenvolvimento. De acordo com Hobsbawm, a União Soviética:

(...) saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos (...) precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia dá-la, os Estados Unidos (...) Washington só abriria mão de alguma coisa em troca de concessões, mas estas eram precisamente o que Moscou não podia dar o luxo de bancar, mesmo em troca de ajuda econômica, extremamente necessária¹³.

Já nos anos 1970, o país se beneficiaria involuntariamente da política de alta dos preços do petróleo praticados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) na esteira da Guerra do Yom Kippur, em 1973. Isso se somaria a descobertas de novos campos de exploração de petróleo e gás, o que lhe ensejaria, então, o prolongamento de seu marasmo desenvolvimentista, ao possibilitar recursos financeiros para a postergação das mudanças necessárias à modernização de suas práticas produtivas, como no caso da agricultura, ainda presa a técnicas arcaicas e depauperantes, cujos efeitos no meio ambiente seriam devastadores e praticamente irrecuperáveis do ponto de vista econômico.

Diferentemente do lado ocidental, onde a tecnologia militar era empregada sempre na indústria civil, que a transfigurava na geração de produtos de consumo em massa, na esfera soviética, houve pouca integração entre o setor militar e o civil, a despeito de ser uma sociedade economicamente planejada. Com a reestruturação ocidental, que concederia prioridade à tecnologia da informação, microeletrônica e biotecnologia, o campo soviético ficaria definitivamente superado, por incapacidade financeira para competir com o capitalismo do Primeiro Mundo¹⁴.

Os embargos advindos da ocupação do Afeganistão agravariam a crise, ao somarem-se às restrições já estabelecidas pelo Comitê Coordenador do

Comércio Leste-Oeste. A partir de meados dos anos 1980, os soviéticos procurariam reformar o sistema, inspirado pelas mudanças graduais promovidas pela China no campo econômico. Com a tentativa de reestruturação, o oferecimento de auxílio do Ocidente só se daria se houvesse abertura político-econômica intensa¹⁵.

A contrapartida seria ampla privatização, liberação dos preços e conversibilidade do rublo que se efetivariam por meio de mudanças da legislação relativas à entrada sem restrições do IED, plena autonomia de importação e exportação, oferecimento de subsídios financeiros e isenções tributárias, livre remessa de lucros em moeda forte, indenização em caso de novas estatizações. Seria a capitulação do sistema soviético.

Diferentemente dos Estados Unidos, onde seus aliados eram robustos, como a Comunidade Econômica Européia e Japão, no lado da União Soviética, seus aliados jamais esboçariam comportamento similar. Além disso, não se poderia menosprezar que a corrupção, a crise ecológica e a desilusão sobre o potencial produtivo do seu modo de produção contribuiriam para explicar o seu desmoronamento, ao reforçar a sua estagnação sócio-econômica¹⁶.

(c) O apoio aos países emergentes do Terceiro Mundo

Ante essas restrições, o apoio a (potenciais) aliados na arena periférica ter-lhe-ia sido desgastante, ainda mais em face de tão insuficientes retornos políticos e econômicos. Na prática, a visão de Krushev de que os movimentos libertários e comunistas reforçariam o poder soviético não se efetivou. Mesmo assim, os Estados Unidos enxergaram nisto o ponto mais frágil do sistema comunista, de modo que a Doutrina Reagan concentrar-se-ia no apoio a movimentos conservadores e reacionários – contra-insurgência – tendo por resultado imediato o impedimento do desenvolvimento de áreas alternativas ao capitalismo¹⁷.

De todo modo, com a progressiva diminuição do apoio financeiro e logístico soviético, os norte-americanos retomariam novamente suas intervenções contra países de pequeno porte, como Granada e Panamá, além dos bombardeios à Líbia. No campo econômico, manter-se-iam as pressões contra Cuba, que resistiria mesmo após o fim da União Soviética, e a Nicarágua sandinista, que capitularia.

Baseado nesse exemplo, o “efeito nicaraguense” seria aplicado ao Iraque, após a Primeira Guerra do Golfo, que supostamente provocaria a queda do ditador Hussein. Após isso, com o fim das sanções e a retomada das exportações petrolíferas, no caso sob ocupação americana, haveria a melhora das condições de vida. O governo americano acreditou que tal prática se confirmaria com êxito, porque o apoio popular a Hussein era infinitamente menor que aos sandinistas¹⁸.

Se o sistema soviético nascera em 1917 com intenção de ser o contraponto do capitalismo, ao pretender o repartimento das riquezas e maior liberdade, seu fracasso, ao ser comparado com o centro do Ocidente, já no final dos anos 1970,

não poderia mais ser negado, eliminando os receios iniciais. Desse modo, seria questão de tempo, ou seja, a partir do momento em que não tivesse mais condições de igualar-se ao Ocidente, ocorreria sua perda de legitimidade e depois de apoio. A própria tentativa de abertura faria com que os soviéticos tivessem mais percepção da distância material e da liberdade política, o que ampliaria ainda mais o desânimo no sistema socialista, mesmo se reformado¹⁹.

As mudanças efetuadas pelo Ocidente com a Terceira Revolução Industrial dificultariam sobremaneira o acesso soviético às inovações, à medida que o mecanismo de patentes bloquearia o acesso à tecnologia. A diferença para a Segunda Revolução era que o progresso material decorria de técnicas difusas e universais, o que facultaria a possibilidade de saltos no desenvolvimento²⁰.

Destarte, os Estados Unidos chegariam ao pós-Guerra Fria como sendo o Estado mais poderoso da história do sistema capitalista, porquanto não havia a perspectiva imediata da emergência de adversários. Quanto à população do bloco soviético, teria de forçosamente assistir à transição de um regime planejado e centralizado para um de livre mercado de modo extremamente intempestivo, após a conscientização da impossibilidade de reforma, em qualquer grau, do sistema comunista²¹.

Indefinição da Nova Ordem

O fim da Guerra Fria e do bloco comunista significaria para os Estados Unidos a sua terceira vitória, em menos de três quartos de século, em grandes confrontos, ao representar sempre o modelo democrático liberal: na Primeira Guerra Mundial, o adversário fora o modelo monárquico autoritário, centralizado na Alemanha; na Segunda Guerra, o nazifascismo, novamente localizado na Alemanha; na “Terceira”, o comunismo, posto na União Soviética. Chegariam ao final do século sem adversários, fossem Estados, fossem doutrinas ou ideologias. No novo mundo, seria natural o exercício de sua liderança sistêmica.

Na visão realista, a última seria uma vitória mais incontestável, à proporção que o campo de ação do país estaria consideravelmente maior: enquanto no pós-Primeira Guerra, decidiria, por meio do seu parlamento, isolar-se relativamente, ao não se filiar à Liga das Nações e, no pós-II Guerra, havia o contraponto soviético; no pós-Guerra Fria, não haveria restrições, que lhe pudessem tolher a movimentação. No entanto, o novo cenário, ante a ausência de discordâncias sistêmicas, propiciaria condições para que as principais potências perseguissem seus interesses específicos, havendo a possibilidade de mais concorrência²².

O freio da possibilidade da emergência de rivalidades ou divergências militares entre grandes potências decorreria não do otimismo uniformizador do primado neoliberal, mas do legado da Guerra Fria, ou seja, do receio da mútua destruição nuclear, deliberando-se assim automaticamente pela prioridade aos

instrumentos diplomáticos para encaminhamento de resoluções. Destaque-se que isso não significaria o fim do uso da força entre os países periféricos e entre países do centro com os da periferia.

O fim da história seria o corolário de transformações econômicas iniciadas um quarto de século antes, sob o nome genérico de Terceira Revolução Industrial, e da afirmação da supremacia do pensamento liberal, revigorado no pós-II Guerra, pela Sociedade Mont Pèlerin. Com a combinação das duas características acima, propiciar-se-iam as condições necessárias para nova demarcação no sistema internacional, ao alterar significativamente a premissa firmada pela Paz de Vestfália, em 1648, referente à aceitação formal da autodeterminação e igualdade dos Estados. Dela derivar-se-ia, por conseguinte, a existência das economias nacionais, cujo marco regulatório era político, circunscrito aos limites territoriais reconhecidos pelos demais Estados.

A globalização assinala a extinção progressiva de fronteiras políticas, ao enfatizar mais ainda a primazia dos processos produtivos mundiais e a irrestrita circulação de capitais – ambos proporcionados pelos avanços em transportes e comunicações. A ambos, somar-se-ia outra característica: a universalização dos direitos humanos. Paradoxalmente, a mudança das características do sistema internacional não desaguardaria na sua condução pela ampliação da competência institucional das organizações internacionais, notadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), mas pelo país mais poderoso: os Estados Unidos, que se tornariam, de início, o país hegemônico.

Hodiernamente, os Estados Unidos conduziram o sistema internacional à realização da menor presença do Estado no cotidiano dos (seus) cidadãos, desregulamentação dos mercados, privatizações, equilíbrio fiscal, individualismo, plena eficiência, entre outros. Todos vistos como elementos fundamentais do novo molde sistêmico. De toda forma, o ideal iluminista do cidadão universal, considerado igual, em um mundo com diretrizes abstratas que se superporiam a possíveis restrições territoriais não se firmaria, sendo apenas cumprido parcialmente com a existência do consumidor, considerado desigualmente, de modo que o desenvolvimento da universalização dos direitos no processo globalizante se fixaria principalmente na parte econômica.

Apesar das justificativas, decorrida década e meia, os sinais da nova ordem são desestimuladores: as democracias no Terceiro Mundo só conseguem ir até o registro formal de seus predicados, como a tripartição dos poderes administrativos ou a realização periódica de eleições livres; a desagregação da sociedade civil, já incipiente em muitos países periféricos, acentua-se; a depauperação do meio ambiente acelera-se; o poderio de associações criminosas, em face da desarticulação e desmonte das estruturas estatais, reforça-se; o empobrecimento de camadas crescentes da sociedade, em vista da ausência de condições para ajustar-se a padrões de competitividade internacional, incrementa-se.

A ausência de equilíbrio entre os componentes do marco globalizante ocasionaria a sua existência de modo inerentemente contraditório, porque a consagração do capitalismo como sistema econômico vigente não encontra similaridade no plano político e militar, em função da inexistência da ampliação dos poderes administrativos da ONU, apesar de o Estado, notadamente no Terceiro Mundo, enfraquecer-se no cumprimento tradicional de suas funções. Assim, para um mercado mundial, não haveria um Estado mundial²³.

No plano internacional, a uniformidade das diretrizes administradas pelos organismos internacionais econômicos, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), limita o experimento de formas alternativas de desenvolvimento e distribuição de riquezas. Ante a insuficiência dos resultados sociais do neoliberalismo, se comparados ao período social-democrata ou nacional-desenvolvimentista da primeira fase da bipolaridade, há a adoção de práticas específicas/focais, a fim de atenuar a pobreza.

O epicentro simbólico da nova ordem mundial seria o Oriente Médio, mais especificamente o Iraque, local onde se celebrou seu início de modo eufórico, com a vitória na Primeira Guerra do Golfo, e onde atualmente se patinha, com a indecisão do resultado de sua segunda versão do confronto, que poderia ser interpretada não apenas como um revés político-militar local, mas como sintoma significativo de uma crise sistêmica, à medida que a única superpotência existente tem sua liderança contestada pelos seus aliados mais próximos – à exceção da Grã-Bretanha e Japão –, em decorrência da crescente instabilidade político-ideológica, militar e econômica por que passa o mundo em pouco menos de quinze anos.

Kissinger adverte que sistemas internacionais têm existência precária, apesar do anseio de permanência irrestrita. Chama ele a atenção para o fato de que a sua duração perdura menos e menos. Do século e meio de Vestfália para pouco menos de cinco décadas com a bipolaridade²⁴. A atual ordem presumivelmente caminharia, à primeira vista, para uma duração menor, porém não há elementos que consolidem tal visão.

Primeiramente, apesar do comprovado malogro do ideário neoliberal, especialmente na América Latina, não há a proposição, ou pelo menos a divulgação, de um pensamento alternativo que se lhe contrapusesse, *i.e.*, que pudesse ser aplicado como contrapartida imediata, de forma que há o estabelecimento de um vácuo ideológico²⁵. Historicamente, os Estados hegemônicos são inovadores e, desse modo, puderam estar à testa da condução do sistema capitalista. Não se vislumbria, em curto prazo, Estado algum que ostentasse condições de renovar o sistema.

Nem mesmo o país ora portador dos maiores índices de crescimento, a China, poderia assumir tal encargo, visto que resignado a adaptar-se às formas de desenvolvimento tradicional, ainda que a seu modo, portanto, não lhe seria possível inovar dentro de moldes pré-estabelecidos. O país encontra seu nicho como

exportador, mas sua forma de competição com os demais Estados periféricos é a opção por formas pré-capitalistas, ou seja, “(...) regalias tributárias, salários baixos e isenções de impostos sociais ou ecológicos (...) Os trabalhadores são aquartelados e mantidos como presidiários, as jornadas de trabalho são extremamente longas e quase não há precauções com a segurança”²⁶.

Posto isso, o presente momento poderia ser interpretado como uma sinuosidade temporária. Apesar do risco das analogias, poder-se-ia lembrar, por exemplo, que, nos 1970, os Estados Unidos experimentaram vários reveses como a intervenção fracassada no Vietnã e o fim do Acordo de Bretton Woods, mas, a despeito disso, rearticularam-se e obtiveram a vitória final na Guerra Fria de forma tão incontestável que se gerou a exultação do fim da história, que celebra a democracia neoliberal, não como a única expressão existente do processo de globalização, mas como a representação de apenas uma alternativa viável.

Todavia, o impasse atual reside na ausência de um “outro”, fosse como sistema, como, por exemplo, o comunismo, fosse como Estado, como no caso da União Soviética, a contrapor-se-lhe. Uma hipotética nova revolução industrial não é mais necessária porque não há mais adversários a superar tecnicamente. As falhas ou ineficiências do sistema, absoluto porquanto único, são postas a descoberto.

Efeitos “involuntários” da nova ordem: expansão da violência

(a) A emergência de novos nacionalismos

Os defensores da nova ordem argumentam que a prevalência da economia neoliberal, com efeitos desagregadores ao dissolver fronteiras políticas, não seria tão intensa, à medida do surgimento de cerca de vinte e cinco Estados nos últimos anos, especialmente na antiga esfera socialista, abarcando União Soviética, Iugoslávia, Checoslováquia e Etiópia. Nações com aspirações mais antigas no sistema capitalista como bascos, irlandeses, palestinos e curdos não têm suas reivindicações atendidas. Todavia, os novos Estados – todos periféricos – não poderiam mais comportar-se à semelhança de seus antecessores, ou seja, como verdadeiras economias nacionais diante do atual estágio de mercados únicos no sistema internacional.

No nascimento do Estado moderno, a fixação de fronteiras territoriais, amparadas na agregação de elementos díspares como idioma, tradições, religião etc, ampliaria o espaço de circulação do capital e do comércio. No período posterior à Paz de Vestfália, inúmeros acordos seriam estabelecidos, com vistas à circulação menos restrita do comércio e capital. No século posterior, os liberais clássicos prepararam as condições intelectuais para a separação da economia política como campo do saber único. A justificativa era que a economia não necessitava de um

controle externo singular, na hipótese de que a promoção individual de interesses convergia com a promoção coletiva. Estado e mercado funcionariam por meio de lógicas distintas.

Entretanto, o Estado hegemônico de cada época possuía um papel geográfico cada vez mais amplo na disseminação do sistema. A concorrência intersistêmica se resolvia com o uso recorrente da força para a afirmação regional ou mesmo mundial. Até a queda do comunismo, que se propôs a ser um modo alternativo, a lógica capitalista subordinar-se-ia às economias nacionais, que, por seu turno, se baseavam em formas políticas e militares singulares. Desde o século XIX, a concorrência entre Estados se amplificaria, ou seja, haveria o anseio de constituir grandes extensões geoeconômicas, sob controle nacional, o que levaria às duas grandes guerras do século XX, legitimadas pelo darwinismo social, da luta contínua pela sobrevivência no plano estatal ²⁷.

A partir das mudanças provocadas pela Terceira Revolução Industrial, haveria o nascimento de padrões de produtividade que gerariam mercados realmente globalizados, porque os custos de transportes e comunicações decresceriam bastante. Residiria aí o surgimento dos processos de dissolução de fronteiras políticas, que seria acentuado mais e mais a partir do fim da bipolaridade. Destaque-se que, ainda durante a Guerra Fria, os processos de descolonização liquidariam os velhos impérios. A *pax americana*, diferente de sua antecessora britânica, não se balizaria na anexação de territórios. A incorporação das sociais-democracias na Europa Ocidental e dos Estados nacionais-desenvolvimentistas no pós-Segunda Guerra entraria em colapso, à medida que as inovações tecnológicas da Terceira Revolução se ampliaram e disseminaram.

Até a potência hegemônica do sistema – Estados Unidos – passaria a compartilhar mais com os organismos financeiros internacionais a prevalência das regras mercantis e de concorrência do capitalismo. Os Estados comunistas planificados e terceiro-mundistas (parcialmente) autárquicos perdiam espaço na internacionalização econômica. Entretanto, poder-se-ia enxergar então o surgimento de um Estado ou governo mundial a ser coordenado pelas organizações internacionais. A dificuldade adviria do fato de que os Estados poderiam, em tese, definir-se internamente por meio de seu ordenamento jurídico, instituições culturais, costumes, religião, marcos sociais etc, de modo relativamente independente.

Desse modo, a oferta e garantia a seus nacionais, i.e, cidadãos, de determinado bem-estar material e determinados direitos precisaria aferrar-se à sua forma singular, muitas vezes intransponível para outros Estados, porque haveria a constante necessidade para seu sistema econômico interno de exportar ou reduzir custos de produção e de gerenciamento tanto do ponto de vista social bem como ecológico. Desse modo, os Estados do centro, notadamente os da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aceitaram blocos, por causa das barreiras recíprocas estabelecidas, que permitiram subvenções, subsídios,

isenções, incentivos etc. Com isso, poder-se-iam manter suas cadeias de produção, infra-estrutura e tarifas de importação, as quais, por seu turno, promoveriam políticas distributivas em redes de solidariedade social.

A nova internacionalização relaciona-se mais à circulação do capital e mercadorias que pessoas, de modo que atualmente haveria uma divisão realmente internacional do trabalho e a livre circulação dos fluxos financeiros, que superariam, por seu turno, as infra-estruturas nacionais e suas políticas distributivas. Os mercados não poderiam funcionar como instituições benemerentes, cabendo ao Estado isolado ou em bloco podar desequilíbrios sociais considerados excessivos dentro de seus limites territoriais²⁸.

Portanto, os novos nacionalismos seriam antes consequências da desagregação do poder regulamentador do Estado, i.e, das economias nacionais, sem parentesco com formações nacionais anteriores, porque o espaço para o desenvolvimento e afirmação do capitalismo como *modus operandi* único das relações internacionais já se firmou. Os novos nacionalismos seriam “(...) um produto do desespero (...) das economias em desagregação do mercado mundial totalizado (...) onde são rompidas as estruturas de regulamentação estatal e nada mais pode ser distribuído, rompe-se também a estrutura de lealdade”²⁹.

As secessões étnicas seriam tentativas de se agrupar a blocos bem estruturados; por isso, a divisão no antigo bloco de influência soviética. Como contrapartida, as regiões mais pobres, sem mais a lealdade estatal unificadora, tornar-se-iam áreas potenciais de violência. Sem o referencial tradicional, o etnicismo e fundamentalismo seriam reações ressentidas e violentas à desintegração do marco de Vestfália. A força-motriz das manifestações decorreria da capacidade distributiva reduzida ou exaurida do Estado.

(b) À busca de novos contendores

Os Estados Unidos, desde a sua independência, constituiriam sua identidade nacional, valendo-se da antinomia com a Europa, principalmente a partir do século XX. Antes mesmo do fim da bipolaridade, houve tentativas de construir novos adversários representados por Estados como a China ou representados difusamente como o narcotráfico. Após 2001, seu novo inimigo seria ambíguo, dado que, em tese, onipresente, por não adstringir-se a limite territorial algum. Contudo, mesmo sem adversário manifesto à vista, o país, notadamente a partir de meados dos anos 1990, preparar-se-ia para adequar suas forças armadas a estarem aptas para se depararem com até dois conflitos regionais, mais especificamente contra Irã, Iraque ou Coreia do Norte – “Eixo do Mal” –, sem descurar de seus tradicionais adversários como Rússia, por causa dos recursos petrolíferos e de gás do mar Cáspio, e China, em função da garantia de liberdade de navegação no mar da China.

Desde 1989, após o fim da ameaça soviética, o então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Collin Powell, insistiria na ameaça iraniana ou iraquiana, vistos como:

(...) potencialmente hostiles al mundo occidental y dotados de fuerzas armadas importantes”. Apesar do fim do comunismo no leste europeu, os Estados Unidos preservariam a Organização do Tratado do Atlântico Norte, sob alegação de que ela seria “(...) uma aliança ampla de cooperação política e diplomática que representa o principal sustentáculo da parceria atlântica).

A Primeira Guerra do Golfo resolveria o problema do inimigo que faltava. Nas palavras do então Ministro da Defesa Richard Cheney:

La guerra del Golfo es la precursora del tipo de conflictos que nosotros nos exponemos a encontrarnos con más frecuencia en la nueva era: conflictos regionales que nos enfrentarán a enemigos bien armados y dotados a la vez de armas convencionales sofisticadas y de cargas químicas y nucleares.

Ainda que se desconsiderassem Estados párias, a justificativa seria a responsabilidade de novas funções, ou seja, operações relativas à garantia de direitos humanos e manutenção da paz³⁰.

Antecedentes geopolíticos do Oriente Médio

O Oriente Médio incorporou-se gradativamente ao cotidiano do Ocidente a partir da segunda metade do século XIX, devido à expansão da Grã-Bretanha, em detrimento do Império Otomano, em processo de modernização – *tanzimat* – a fim de limitar os efeitos da presença européia em seus vastos territórios. Para os britânicos, o Oriente Médio serviria ainda de rota comercial para a Índia, prioridade de sua política externa. Desse modo, caber-lhes-ia, nos anos 20 do século XX, a delimitação de fronteiras da Arábia Saudita – seu Estado-cliente –, Iraque – sob seu mandato – e Coveite/Kuaite – seu protetorado³¹.

A demarcação privilegiaria os dois primeiros. Nas duas décadas posteriores, o marco divisório com o Coveite seria adulterado pelo Iraque. Assim, os limites entre os dois países seriam constantemente objeto de controvérsia: um dos motivos invocados constantemente por dirigentes iraquianos seria o fato de o Coveite ter pertencido, sob vigência otomana, à província de Bassora, ao sul do Iraque.

Outrossim, o interesse por petróleo por parte das potências européias manifestar-se-ia pouco antes, ao advir do século XX, destacando-se Grã-Bretanha e também França. A Primeira Guerra reforçaria a importância estratégica da matéria-prima, direcionando os britânicos ao aspirar o seu controle efetivo. Com a

derrota otomana no conflito, Grã-Bretanha e França manter-se-iam na região, por meio de um instrumento jurídico novo: o mandato, instituído pela recém-criada Liga das Nações. Desse modo, ambos legitimar-se-iam em função de uma delegação internacional: a França administraria Síria e Líbano, ao passo que a Grã-Bretanha, Iraque e Palestina.

Na visão britânica, o mandato permitir-lhe-ia manter a ambivalência política, em vista de ser uma medida temporária – teoricamente, sua presença no país seria para garantir a transição para a independência política. Todavia, o instrumento diplomático-jurídico tendeu a fracassar, à medida que haveria levantes populares contra a sua presença. A reação viria do Ministro da Guerra, Winston Churchill, que autorizaria a utilização de recursos militares para a repressão, que contemplaria o uso da aviação e gases tóxicos.

Com o malogro do mandato, a Grã-Bretanha necessitava substituí-lo. Para o Ministro das Colônias, Lorde Curzon, não deveria haver incorporação territorial, mas o estabelecimento de uma monarquia formalmente independente, a ser encabeçada por um príncipe da família maometana – um príncipe sírio hachemita. Internamente, o regime valer-se-ia do apoio dos sunitas e curdos, em detrimento dos xiitas. Mesmo assim, ainda haveria oposição, principalmente entre a juventude urbana. Nasceria, então, a idéia de uma união árabe antibritânica – o pan-arabismo. Sob justificativa de proteção à integridade territorial, em face de movimentos separatistas xiitas e curdos, o Iraque assinaria um tratado de cooperação e assistência técnica de duas décadas com a Grã-Bretanha. Em relação ao setor petrolífero, as concessões de exploração valeriam até o distante ano 2000.

Conforme a tradição da região, os pagamentos pelas explorações das jazidas eram destinados ao soberano, que, por seu turno, provia os títulos de concessão, os quais, durante meio século, seriam base da legitimidade da atuação das corporações petrolíferas. Como Draper enfatiza: “According to the rules of the game, the Sabah clan, not the nation of Kuwait, owned the oil beneath the soil – or at least treated the oil as if it were their own. Kuwait was run more like a family business than a country”. No mesmo período, os Estados Unidos, já de longe a principal potência industrial mundial, pregariam a política de portas abertas, ou seja, o direito de participar da exploração de recursos das colônias ou protetorados europeus. No fim dos anos 1920, França e Grã-Bretanha cederiam à sua pressão.

No princípio dos anos 1930, com a conquista de sua independência formal, requisito essencial para a admissão na Liga das Nações, o Iraque continuaria a insistir em suas pretensões territoriais. Entretanto, suas solicitações não prosperariam, em face de a Grã-Bretanha exercer também o comando da política externa do pequeno reino. Nas próximas décadas, o Iraque continuaria a seguir os ditames ocidentais, ao manter as mesmas bases para a comercialização do petróleo. Durante o início da Segunda Guerra Mundial, o país entraria em

divergências com a tutela britânica e instalaria um governo simpático ao Eixo. No entanto, já em 1942, a situação anterior seria restaurada e o país se tornaria um ponto estratégico valioso para a Grã-Bretanha e Estados Unidos³².

Efeitos do processo descolonizador

Todavia, os ecos dos processos de descolonização afro-asiáticos influenciariam sobremaneira a região. Mesmo assim, em 1947, Zidanov, assessor de Stálin, afirmaria que o Oriente Médio seria uma área dominada por Estados Unidos e Grã-Bretanha, que competiriam entre si. No ambiente bipolar, Iraque, Turquia e Paquistão assinariam o Pacto de Bagdá, de cunho anticomunista. Em 1958, um golpe de Estado transformaria o país em república. Imediatamente, uma aliança anglo-americana seria formada para invadir o país para restaurar a monarquia. Todavia, não haveria apoio interno, de modo que um ultimato seria endereçado ao novo governo: caso os contratos petrolíferos fossem anulados, o país seria invadido. O governo aceitaria a condição.

Contudo, a pressão da sociedade continuaria, visto que o país arrecadava pouco de suas concessões petrolíferas, que permaneciam bastante inexploradas, em virtude de as corporações petrolíferas planejarem a exploração do produto considerando toda a região. Assim, o governo solicitaria a devolução de algumas áreas. A resposta das companhias foi diminuir a produção, causando mais transtornos econômicos ao Iraque, que, como retaliação, retirar-se-ia do Pacto de Bagdá, solicitaria a saída de tropas britânicas de seus territórios, cancelaria programas de auxílio americano e, por fim, assinaria com a União Soviética em 1959 um acordo de cooperação técnica e econômica. Mais tarde, aprovaria uma lei, que garantiria a presença das empresas petrolíferas em seu território apenas em campos já explorados, revertendo para o Estado as áreas inexploradas. Desse modo, o país recuperaria 99,5% dos campos.

Em 1963, o governo cairia, por um golpe de Estado, estimulado pela CIA. Uma aliança empresarial seria proposta entre a empresa estatal e corporações estrangeiras, mas não entraria em vigor, pela oposição interna e, posteriormente, em função da Guerra Árabe-Israelense, em 1967. A produção petrolífera iraquiana, sob mãos estrangeiras, continuaria pouco explorada, se comparada com Irã, Arábia Saudita e Coveite. Em face da dependência financeira do petróleo, o país atravessaria, portanto, uma fase de estagnação econômica, que reverteria em instabilidade política. No fim da década, novo golpe proporcionaria a assunção do Partido Baath – Renascimento –, que havia sido expelido da participação do poder no movimento de sedição anterior.

Em 1972, o governo promoveria a estatização do petróleo, mas indenizaria as corporações expropriadas. Aproximar-se-ia da França e União Soviética para a obtenção de assistência técnica e créditos para a expansão das atividades.

Politicamente, para a União Soviética, a aproximação compensaria a perda de influência anterior na região com o afastamento do Egito e Síria, inclusive com o estabelecimento de um acordo militar de quinze anos. Economicamente, significaria acesso a enormes reservas de petróleo e novo mercado para a venda de suas armas. Com os substanciais aumentos do produto em 1973, o país experimentaria durante o restante da década novo impulso: ampliação da infra-estrutura, investimentos em educação, geração de um parque industrial diversificado, modernização da agricultura e provimento das forças armadas, tornando-as a terceira potência local.

Destarte, o país contrastaria com os demais da região – notadamente, Arábia Saudita, Coveite e Emirados Árabes –, que aplicariam seus recursos adicionais na elevação de gastos familiares e na aquisição de títulos públicos estrangeiros. Em poucos anos, o Iraque tornar-se-ia a economia mais bem estruturada da região, o que refletiria em questões comportamentais, como a gradativa participação de mulheres na sociedade civil³³.

Porém, no final da mesma década, dois fatos provocariam alterações na política externa do país: a assunção de Saddam Hussein, antigo Vice-Presidente, ao poder e a Revolução Iraniana. Sob justificativa de questões fronteiriças, o Iraque atacaria o Irã, apoiando-se, a despeito da aproximação com a União Soviética, nos Estados Unidos, com quem retomaria oficiosamente os contatos. Em 1984, as relações seriam restauradas oficialmente, pondo fim à interrupção datada da Guerra Árabe-Israelense. Dois anos antes, seriam removidos da lista de patrocinador do terrorismo. Após o reatamento, os Estados Unidos bloqueariam todo tipo de iniciativa para condenar o Iraque pelo uso de armas químicas, fornecidas parcialmente por conglomerado do país. Os Estados Unidos inclusive patrocinariam ações militares diretas contra navios e plataformas petrolíferas iranianas entre outubro de 1987 e abril de 1988.

A justificativa para o apoio se baseou na hipótese de que a derrota do Iraque desencadearia efeitos negativos para a Arábia Saudita e Coveite. Quanto ao uso de armas químicas, para os Estados Unidos, seria uma questão de gravidade menor, à medida que seria direcionada para tropas – a tomada da península de Fao – e não civis. Em 1995, uma investigação do Senado norte-americano revelaria que amostras de germes haviam sido enviadas para o Iraque e fariam parte do programa de fabricação de armas biológicas do país. Como destaca Hobsbawm: “(...) O Iraque, então apoiado entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usou-o à vontade contra soldados e civis”³⁴.

A Primeira Guerra do Golfo

O conflito encerrar-se-ia formalmente em 1990 com ambos os países arruinados, principalmente o Irã, que não pudera valer-se de auxílio dos Estados

Unidos. Mesmo assim, o Iraque, por seu turno, constituiu uma dívida de 80 bilhões de dólares, das quais metade pertencia a países da região. A guerra não lhe significara ganho algum. Assim, esperou auxílio tanto dos Estados Unidos, bem como da Arábia Saudita, Coveite e Emirados Árabes, visto que o país tê-los-ia defendido, ao impedir possíveis efeitos políticos e religiosos da Revolução Iraniana. Além do mais, havia algo a agravar sua já difícil recuperação: a queda dos preços petrolíferos iniciada ainda em meados dos anos 1980. Por conseguinte, o Iraque ansiaria pelo perdão, ao menos parcial, de suas dívidas e por empréstimos para reconstruir-se. Todavia, o país deparar-se-ia diante de uma situação insólita: seu próspero e diminuto vizinho estaria drenando petróleo de uma área litigada.

Posto o cenário catastrófico em que se encontrava, após uma dezena de anos em beligerância, o Iraque interpretaria o gesto como provocação, como um teste para a verificação de sua fraqueza material. Em face disto, o país cogitaria a hipótese de invadir o Coveite como forma de amenizar seus problemas financeiros. Uma semana antes da ocupação, o Iraque comunicou suas intenções aos Estados Unidos, que não manifestariam desacordo explicitamente – apenas externariam preocupação –, ao colocar a questão como relativa aos países da região, chegando a, no máximo, recomendar-lhe que procurasse a via diplomática para tentar uma solução. O Iraque interpretaria a ocupação de seu vizinho como presumida recompensa pelos serviços prestados ao Ocidente e demais monarquias absolutistas do Oriente Médio.

Após a invasão em 1990, a reação “inesperada” ou desproporcional dos Estados Unidos: a convocação do Conselho de Segurança (CS) da ONU, que prescreveria a retirada imediata e incondicional do Coveite. Nesse entretempo, a imposição de sanções econômicas. De acordo com Chomsky, “a severidade sem precedentes das sanções da ONU foi resultado de intensas ameaças e pressões dos Estados Unidos”³⁵. Algumas semanas depois, nova resolução do CS que autorizaria o emprego de todos os meios para a restauração da soberania do país ocupado. Pouco antes de a coligação americana entrar em ação, a França proporia a retirada do Iraque mediante a convocação de uma conferência internacional para debater a paz no Oriente Médio. Seria o derradeiro esforço, porém baldado.

Para os Estados Unidos, o cenário regional apresentar-se-ia favorável porque o Irã não teria capacidade, em curto prazo, de espalhar seu ideário fundamentalista e, portanto, não seria uma ameaça para seus interesses, a União Soviética estava à beira da ruína, prestes a desintegrar-se politicamente e o restante das potências não teria como se lhe contrapor. Dessa forma, o plano de instalar-se militarmente na região, com vistas a exercer um férreo controle sobre as reservas petrolíferas, poderia concretizar-se, e teria, por resultado, a ampliação do poderio econômico americano ante todos os países do sistema internacional.

Durante seis semanas, a envergadura dos ataques para expulsar o Iraque foi intensa: quase 110 mil vôos que despejariam no adversário 84.200 toneladas de

bombas, praticamente se igualando ao empreendido na Segunda Guerra Mundial. A opinião pública seria informada de que os bombardeios, apesar de seu alto poder destrutivo, atingiriam apenas alvos militares – seria a guerra cirúrgica, fruto das armas “inteligentes”. Todavia, o conceito mostrar-se-ia ambíguo, à medida que a infra-estrutura – estradas, estações energéticas e de abastecimento de água, linhas de comunicação – seria sobremaneira avariada e afetaria naturalmente a população civil. O Iraque seria o primeiro país do Terceiro Mundo a experimentar a nova doutrina militar. O objetivo seria duplo: apagar a imagem do malogro no Vietnã e mostrar aos demais países o preço a pagar ao desafiar-se a hegemonia norte-americana, independente de ter sido aliado no passado próximo³⁶.

A coligação decidiu não avançar até Bagdá, mas, indiretamente, aguardaria a queda de Hussein, por meio de revoltas xiitas no sul e dos curdos no norte. Na visão dos Estados Unidos, segundo Thomas Friedman, do New York Times, poder-se-ia acalantar “(...) o melhor dos mundos: uma junta iraquiana de punho de ferro sem Hussein (...) seria voltar aos dias felizes em que o punho de ferro de Hussein (...) mantinha o Iraque unido, para a satisfação dos aliados americanos – Turquia e Arábia Saudita”³⁷. Em face da ação repressora do país, a ONU estabeleceria nova resolução que admoestaria o país a interromper a repressão a suas minorias. Com isso, criar-se-iam as justificativas para que a aliança anglo-americana estabelecesse zonas de exclusão aérea.

Ao mesmo tempo, em função de outra resolução, o Iraque se veria preso a sanções de toda ordem, que só seriam suspensas se houvesse a constatação da eliminação total dos programas de armas químicas, biológicas, nucleares, o desmantelamento de mísseis de longo alcance e o pagamento de indenizações de guerra. Só anos depois, autorizar-se-ia a troca de petróleo por remédios e alimentos, não se permitindo a importação de produtos químicos, laboratórios, geradores de energia, equipamentos de comunicação, ambulâncias e até lápis – por causa da grafite, que poderia ter emprego militar. Da comercialização, um terço seria extraído para o pagamento das indenizações.

Desse modo, seria impossível a recuperação da economia, porque faltariam peças de reposição para a indústria, especialmente a petrolífera, vacinas animais, defensivos agrícolas, produtos químicos para higienização etc. Ao ser questionada em um programa televisivo sobre a mortandade – mais de meio milhão, sendo a maior parte de crianças – que as sanções estariam provocando no Iraque, a Ministra das Relações Exteriores, Madeleine Albright, responderia que fora uma escolha difícil, mas que seria o preço a pagar. Em junho de 2001, França e Rússia proporiam a eliminação de restrições do IED para o setor petrolífero – a produção era um terço do período anterior à guerra com o Coveite –, mas a proposta seria refutada pelos Estados Unidos, cujas empresas estavam proibidas por lei de aplicar recursos no país – e Grã-Bretanha.

Ao longo da década de 1990, as inspeções diretas da ONU e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) constatariam que os programas nucleares e biológicos do Iraque estariam inoperantes. Mesmo assim, os Estados Unidos e Grã-Bretanha não reconheceriam os resultados e manteriam o mesmo tratamento, menosprezando a opinião dos outros membros do Conselho de Segurança³⁸. Em suma, a Primeira Guerra do Golfo seria ainda dentro dos moldes tradicionais, com uma coligação internacional, sob aprovação da ONU, a reprimir um Estado invasor, por divergências lindeiras. A liderança norte-americana inclusive respeitaria a orientação emanada da ONU, ao não ir além da expulsão do Iraque. Ante tamanha convergência, os excessos do uso da força seriam tolerados e providencialmente relevados. Os “estatutos” de Vestfália ainda seriam considerados.

O policiamento da globalização

Durante a gestão democrata de Clinton, debater-se-ia a necessidade de redução de gastos militares que deveriam ser redirecionados para estimular a economia internamente. Mesmo conservadores como Richard Cheney e Collin Powell admitiriam a idéia de que não haveria ameaças sérias, isto é, Estados, mesmo de médio porte, que desafiassem a segurança do país. Todavia, o foco no Irã, Iraque e Coreia do Norte seria mantido. Em seu segundo mandato, sob justificativa de preservar os interesses internacionais do país – fundamentalmente a estabilidade dentro de uma economia mundial unificada ideologicamente –, os Estados Unidos mudariam sua forma de atuar conjuntamente, ao contemplar a Otan como força expedicionária punitiva, sob seu comando. A escusa para tal seria novamente os Estados-párias, que representariam em termos de perigo o que o Pacto de Varsóvia havia representado na Guerra Fria. Seria a Doutrina Clinton, ou seja, uma versão leve, se comparada ao que futuramente os republicanos fariam, da guerra preventiva. Em sua visão, a todo início de instabilidade, forças ocidentais deveriam celeremente intervir para evitar seu espraiamento³⁹. A ação direcionada à Iugoslávia seria o primeiro sinal.

Os democratas prosseguiriam o sucesso da política militar do país, ao conter a China quando ameaçou Formosa ou pressionar a Rússia para que aceitasse a ampliação da Otan em direção à área do antigo Pacto de Varsóvia. Sua política de força, conforme destaca Ramonet, funcionaria:

(...) em função de seus próprios critérios e para servir seus interesses, sem se preocupar demais com o parecer de instâncias internacionais (...). É a razão pela qual, de maneira soberana, impõem sanções econômicas a Cuba, Líbia ou Irã; opuseram-se à recondução de Boutros Ghali no posto de Secretário-Geral da ONU. E rejeitaram com toda firmeza (...) a legítima demanda da França no sentido de que o comando sul da Otan fosse atribuído a um oficial europeu. Em sua nova

tentativa para assumir a hegemonia, os Estados Unidos chegam mesmo a exigir – no caso da Lei Helms-Burton que reforça o embargo contra Cuba – que a legislação americana tenha uma aplicação extraterritorial⁴⁰.

Abstraída a hipótese de confronto nuclear entre grandes potências, há mais uma característica da nova ordem: a desterritorialidade decorrente do enfraquecimento do Estado como ator. Se, no passado, o “mal” possuiria face em um Estado, agora ele seria transferido para o campo abstrato, ou seja, residiria atualmente no terrorismo que teria presença ubíqua. Assim, o mal ou o inimigo seria:

(...) um fenômeno como a Al-qaeda está definitivamente assentado sobre um terreno pós e subestatal (...) A Al-qaeda é somente a primeira dessa nova e bárbara feição de poder, que em suas quase inacreditáveis dimensões transformou-se num desafio direto para a potência mundial Estados Unidos e tem de ser combatida por operações militares em grande escala como se fosse um Estado concorrente⁴¹.

Se se considera que a fluidez das fronteiras seria mais e mais presente, ou seja, que o enfraquecimento do Estado como ator da arena internacional é cada vez maior, seria natural, então, considerar que os Estados Unidos não se portariam mais como forças armadas nacionais, mas sim como polícia mundial de um sistema unificado economicamente, tendo por papel o de correção do seu funcionamento. Desse modo, a extraterritorialidade da Otan, por exemplo, se encaixaria perfeitamente no novo cenário. Por outro lado, a desterritorialidade que encararia o terrorismo como o grande inimigo permitiria aos Estados Unidos aproximar-se da Rússia, que se depararia com a crise da Chechênia, e China, com a questão da província de Xinjiang. Afora os territórios compreendidos na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), China e Rússia, só haveria espaços com diferentes graus de perturbação ou distúrbio⁴².

No entanto, a contradição incessante do novo período globalizante residiria na propagação de uma política mundial – democracia – e de uma economia mundial – capitalismo –, porém sem um governo ou mesmo um Estado mundial exercido *de jure*. O que há é um Estado singular que, através de suas forças armadas, encarregar-se-ia de policiar e manter os demais Estados e, posteriormente, grupos enquadrados a padrões postos como convenientes. Dentro dessa contradição, residiria a dificuldade de a hegemonia global ser exercida pelos Estados Unidos, à medida que emergem percepções distintas, embora tênues, dos principais Estados – ainda com boas estruturas nacionais – dentro do sistema internacional, as quais ocasionariam sinalizações diferentes. Os debates e negociações na ONU e na Organização Mundial do Comércio (OMC) seriam exemplos das discordâncias, que se avolumariam com o tempo no pós-Guerra Fria, de modo que as tentativas de supremacia norte-americana passariam a afirmar-se mais pela coerção que consentimento.

Poder-se-ia afirmar que a Segunda Guerra do Golfo provém de um crescendo, cujas raízes encontrar-se-iam nas intervenções na Iugoslávia, Somália e Haiti, ainda na primeira metade dos anos 1990. Posteriormente, em nova ingerência em território iugoslavo, os primeiros sinais de discordância entre americanos e europeus já não podiam ser mais ocultos, mesmo apesar da forte ênfase em direitos humanos e da presença do espectro apaziguador da Terceira Via, que se centrava na composição anglo-americana. Desse modo, a crise de credibilidade do país hegemônico agravar-se-ia pela utilização crescente da violência em suas intervenções, em detrimento da influência moral, jurídica e intelectual. Surpreendentemente, as intervenções posteriores tanto na área do Golfo, bem como na da Iugoslávia, ocorreram sem a anuência da ONU, reiterando a deslegitimidade por que passa a ONU, incapaz de realmente mediar problemas internacionais de grande porte⁴³.

A segunda versão

Em pouco mais de uma década entre as duas confrontações, haveria os primeiros sinais de discordância entre as principais potências no “governo” do mundo, antes mesmo do atentado terrorista de 2001. No decorrer de todos esses anos, a predominância do neoliberalismo, a despeito de seus resultados pífios, entranhou-se mais no sistema internacional, com a absorção do antigo bloco soviético e com a supervisão diligente das organizações internacionais econômicas. Se, no século XIX, a Grã-Bretanha exigiu a adoção do constitucionalismo e do padrão-ouro para que países emergentes pudessem tentar beneficiar-se, no atual século, o binômio reitera-se com a democracia neoliberal.

Entrementes, como já mencionado, há um significativo descompasso entre os efeitos políticos – democracia – e econômicos – abertura intensa – do novo modelo, de modo que se poderia levantar a hipótese de que o fortalecimento excessivo de um ensejaria o enfraquecimento de outro. A atual ocupação do Iraque deveria sintetizar os três elementos básicos do exercício do poder político na visão clássica: militar, em que o exercício de seu poderio tecnológico asseveraria sua supremacia incontestada, devendo sua utilização desestimular todo tipo de resistência física, ante a prévia obsolescência das forças armadas remanescentes no Terceiro Mundo; econômica, em decorrência de garantir por longo período o acesso fácil a jazidas petrolíferas com sua permanência dificultando a diversificação de importações por parte de possíveis adversários, como a China; e ideológico, em virtude da instalação e espraiamento de instituições democráticas formais na região e adjacências, com vistas à eliminação ou anulação gradativa de Estados-párias e fundamentalistas.

O ataque de setembro de 2001 ajudou a desferir mais rapidamente o projeto de transformação do Iraque, embora inicialmente o alvo tenha sido o Afeganistão,

mas suas diretrizes já estavam delineadas ainda na gestão Clinton, ao refletir mais interesses do Estado que partidários. No final de 1998, Clinton anunciou metas a serem estabelecidas no Golfo: manutenção de contingente militar, inclusive com capacidade de bombardeamento, confirmação das sanções e retorno dos inspetores da AIEA, além de verbas – cem milhões de dólares – aprovadas pelo Congresso para a derrocada de Hussein. No mesmo ano, o ex-Presidente Bush e seu ex-Assessor de Segurança Nacional, Scowcroft, publicariam livro em que se afirma que nenhum país médio hostil poderia reter grandes reservas de petróleo. Um ano antes, a Ministra das Relações Exteriores, Madeleine Albright:

Nosotros no estamos de acuerdo con los países (França e Rússia) que afirman que si Irak cumple sus obligaciones en materia de armas de destrucción masiva deben ser levantadas las sanciones. Nuestra posición es y continúa siendo inquebrantable, Irak tiene que probar sus intenciones pacíficas (...) Y son abundantes las pruebas de que las intenciones de Hussein no serán nunca pacíficas⁴⁴.

Seria o estopim para a modernização político-econômica ao implementar-se o modelo democrático neoliberal. O sucesso inicial tanto político como econômico na ocupação do Afeganistão estimularia os planos relativos ao Iraque, país sem a menor condição de reação militar, depauperado, com um regime mal visto externamente, de forma que a sua rejeição, via aplicação severa de sanções, seria vista como “natural” pela comunidade internacional.

Consequências

O atual conflito simboliza o impasse por que passa o sistema internacional, porque os Estados Unidos, como o Estado cuja liderança fora exercida sem contraposições de peso no início da nova ordem, sofrem inúmeros desgastes. Diferentemente da primeira versão, a presente ação no Iraque não logrou a obtenção da concordância de todas as grandes potências, o que refletiria no desgaste conseqüente do Conselho de Segurança, ao não cancelar a iniciativa amero-britânica. Assim, o posicionamento do Estado-líder não seria mais percebido como sendo o interesse geral da comunidade internacional. O desencadeamento da força, antes de esgotadas as diligências diplomáticas, menoscabou o direito internacional. No caso, a ocupação militar reforçaria o desprezo ao ordenamento internacional, porque havia antecedentes em relação a tratados relativos a meio ambiente e direito penal.

A intervenção presente retroage a padrões que se inscreveram ao período anterior à Primeira Guerra, em que grandes potências prescreviam suas próprias resoluções para questões internacionais. A nova ordem, apesar de esvaziar a atuação dos Estados, não assistiu à transição da delegação de mais poder para

organismos internacionais, a não ser nas esferas econômicas. Assim, não se vislumbraria a formação de uma “soberania mundial”, *i.e.*, a substituição da relativa anarquia que margeia o sistema internacional. A atual confrontação contribui para deslegitimar a ONU, vista como um bonifrate dos desígnios americanos, em face de sua ineficiência para colaborar com o equilíbrio sistêmico.

Destarte, está posta a incapacidade da maior parte das organizações internacionais de não cumprir sequer o papel de mediação em temas supranacionais, como meio ambiente, ilícitos transnacionais, terrorismo, formas de energia etc, de modo que, ante a existência de um mercado integrado mundialmente, deveria haver um correspondente político similar, ou seja, a criação ou reestruturação de órgãos que transcendessem interesses nacionais, administrados por poderes parlamentares e executivos específicos. Em função do desequilíbrio latente, os Estados Unidos arvoram-se mediadores e executores de tarefas mundiais, o que hastearia a dicotomia da globalização: um Estado nacional a assumir obrigações mundiais, sem delegação do restante da comunidade.

Outra contradição da atuação americana é a promoção da recomposição de Estados outrora arcaicos ou disfuncionais na ordem neoliberal, dada a progressiva perda de autonomia dos já existentes, em face de as tradicionais circunscrições territoriais serem avaliadas de acordo com sua capacidade de produção e consumo no mercado mundial. O caso afegão é exemplar. Sem auxílio suficiente da comunidade internacional nos dois anos de restabelecimento, o país não possui os pré-requisitos necessários – infra-estrutura, ordenamento jurídico estável, mão-de-obra qualificada – para atrair, no curto prazo, IED.

Ainda que possuísse isso em escala modesta, seria mais um Estado precário, provavelmente incapaz de coordenar estruturas distributivas para responder às obrigações sociais para seus cidadãos. Para sobreviver no mercado mundial, teria de preencher-lhe um nicho, provavelmente, ao dedicar-se à exportação de produtos especializados ou singulares. No caso da industrialização, uma recuperação seria impossível sem endividar-se de modo elevado externamente, o que inviabilizaria destinar recursos estatais para estimular atividades voltadas para o mercado interno, em face dos compromissos fiscais. Restariam os produtos específicos, ligados normalmente à área agrícola ou mineral. À medida que não conseguisse recuperar-se, grupos aproveitar-se-iam da fluidez de suas fronteiras e fragilidade de suas instituições estatais – como polícia, forças armadas e judiciário – para dedicar-se a atividades ilícitas, que encontrariam receptividade no mercado consumidor do Ocidente. Segundo o Diretor da Agência contra Drogas e Crimes da ONU, Antonio Maria Costa:

É isso que está faltando no Afeganistão: um governo forte, mas há outra força, gerada por dinheiro, que é o cultivo e o tráfico de ópio (...) precisamos oferecer recursos (...) para construção de estradas, escolas, hospitais (...) Há um risco

palpável de o Afeganistão se transformar em um Estado fracassado, nas mãos dos cartéis e drogas e de narcoterrorismo⁴⁵

Os atuais conflitos levantam outra questão ligada à dissolução do papel dos Estados periféricos: as guerrilhas ou grupos insurgentes como bascos ou irlandeses – vistos como terroristas dentro dos países em que atuam – sempre aspiraram ao desejo de possuir sua própria nação, mas o terrorismo atual, que não aspira à construção de uma unidade territorial, não age, por conseguinte, nos limites de circunscrições políticas, mas de modo multinacional, de forma que nem as forças armadas mais poderosas do planeta escapam de passar por sérias dificuldades no enfrentamento de seus adversários, que são frutos do processo de globalização, ou seja, da desterritorialidade e da desestatização.

Deste modo, o outro – o “mal” – na política externa americana desmaterializa-se também progressivamente. Do “Império do Mal” soviético ao ‘Eixo do Mal’, não há apenas tripartição estatal, mas se cogitaria a inclusão da Al-Qaeda. No entanto, elevaria o status de um grupo terrorista, além de ser composto apenas por entidades muçulmanas, o que poderia estimular ainda mais sentimentos adversos a países islâmicos; finalmente, o “mal” vincular-se-ia a um conceito abstrato – terrorismo – que poderia ser direcionado para todo grupo violento em qualquer lugar do globo. Quanto ao petróleo barato, farto e de fácil acesso – 15% das reservas conhecidas a menos de dois dólares, em média, a extração de um barril –, o Iraque seria suficiente para diminuir a dependência em relação à Arábia Saudita, um dos países cuja população nutre mais sentimentos antiamericanos. Além do mais, seria um abalo na política de preços adotada pela Opep, cujos países não obtêm sucesso em diversificar suas economias e com isso diminuir a sua dependência da matéria-prima. No entanto, desde a ocupação, o preço do barril não pára de elevar-se exatamente, segundo os mercados, em função do terrorismo e do malogro da ocupação.

Mesmo a universalização dos direitos humanos, tema tão caro à União Européia, desmorona-se diante da ação unilateral. As denúncias de maus tratos ou de transgressões à legislação internacional decorrem desde o embate com o Afeganistão. O ideal iluminista do cidadão universal não resiste à observação do cotidiano das guerras levadas a cabo pelo Estado promotor das “qualidades” da nova ordem. Desrespeita-se a Terceira Convenção de Genebra, sem possibilidade de aplicação de penalidades, visto que o país não é membro do Tribunal Penal Internacional (TPI), nem tem considerado o posicionamento recente da ONU. Em consequência, insuflar-se-ia a ira de organizações fundamentalistas contra o Ocidente.

Em suma, os Estados Unidos são portadores da instabilidade acentuada pelas contradições do processo de globalização dos últimos anos, sendo incapazes de solucionar isoladamente os problemas mundiais, em decorrência das limitações

impostas à atuação estatal/nacional pela própria ordem internacional da qual se fazem guardiões. Se os instrumentos multilaterais não voltarem a ser acionados, a crise perdurará indefinidamente.

Notas

- ¹ Expressão do Ministro das Relações Exteriores francês, Védrine (1998). Cf: NYE, Joseph. **O paradoxo do poderio americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Unesp, p. 25. O artigo vale-se basicamente da contribuição de três autores: Anderson, Halliday e Kurz.
- ² HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, 232.
- ³ HALLIDAY. *Op. Cit.*, p.234.
- ⁴ O balanço provisório, no entanto, revela um quadro desolador: o pêndulo não permaneceu nem moderadamente à esquerda, mas intensamente à direita. A coexistência pacífica, pregada pela Terceira Via, entre as duas visões de mundo, transforma-se no domínio da esquerda pela direita. ARRAES, Virgílio. Dorian Gray ou a Terceira Via européia: a derrota da esquerda francesa. **Meridiano 47**. Brasília, v.3, n.26, p.25 set 2002. HALLIDAY. *Op. Cit.*, p.233-4.
- ⁵ Cf: ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996, p. 65-7; ANDERSON, Perry. Force and Consent. **New Left Review**. London, UK, n.17 p.1-2 sep/oct 2002; HALLIDAY. *Op. Cit.*, p.210-1.
- ⁶ VIZENTINI, Paulo, org. *A grande crise. A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992, p.12-7.
- ⁷ HALLIDAY. *Op. Cit.*, p.214-5.
- ⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 25-6, 60-9,76. “(...) o sistema do Pentágono – incluindo a Nasa e o Departamento de Energia – tem sido usado como mecanismo ótimo para canalizar subsídios públicos para os setores avançados da indústria (...)”; CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). Petrópolis, Vozes, 1999, p. 25, 27. Ainda de acordo com ele: “A Guerra nas Estrelas foi vendida ao público como ‘defesa’ e à comunidade empresarial como um subsídio público para tecnologia avançada”, p. 33; BOROSAGE, Robert. All dollars, no sense. **Mother Jones**. San Francisco, USA, sep/oct 1993; FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 54, 98-9.
- ⁹ HALLIDAY. *Op. Cit.*, p.215-7; HOBBSBAWM, Eric. 23ª ed. **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-91. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 243; ANDERSON (2002). *Op. Cit.*, p. 9-10.
- ¹⁰ “Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf regions will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America. And such an assault will be repelled by any means necessary, including military force”. *Apud* ISENBERG, David. The Rapid Deployment Force: the few, the futile, the expendable. **Policy Analysis**. V. 44, 8 nov 1984. Disponível em: <<http://www.cato.org/pubs/pas/pa044.html>>; VIZENTINI. *Op. Cit.*, p.19-20; ARRAES, Virgílio. Guerra do Golfo: nova ordem ou antigo projeto? **Meridiano 47**. Brasília, v.4, n.32-3, p.6-7 mar/abr 2003.
- ¹¹ FIORI. *Op. Cit.*, p.55-67; “Desde 1945, o ímpeto patriótico bate no muro toda vez que os caixões começam a chegar”. WALLERSTEIN, Immanuel. **Como concebemos o fim do mundo. Ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 27.

- 12 CARR, Edward. **Vinte anos de crise: 1919-39**. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: UnB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.143,146; HOBBSAWM. *Op. Cit.*, p. 227, 233; HALLIDAY. *Op. Cit.*, p. 217.
- 13 HOBBSAWM. *Op. Cit.*, p. 230;231.
- 14 HOBBSAWM. *Op. Cit.*, p.248; HALLIDAY. *Op. Cit.*, p. 218-9; VIZENTINI. *Op. Cit.*, p.14.
- 15 HALLIDAY. *Op. Cit.*, p. 219, 230. “Se o comunismo se rendeu, quase sem disparar nenhum tiro, foi porque o instrumento de competição internacional no final do século XX foi tanto a *t-shirt* como a canhoneira”.
- 16 GOLIN, Tau. O impacto mundial da crise do socialismo. In: VIZENTINI. *Op. Cit.*, p.104-5; HOBBSAWM. *Op. Cit.*, p.247
- 17 Todavia, “(...) a despeito das superestimativas soviéticas de seu registro de ajuda, o montante (...) foi, em termos comparativos, muito baixo – 0,25% do PIB”. HALLIDAY. *Op. Cit.*, p.221.
- 18 MOURA, Gerson. O Terceiro Mundo à deriva: crise e conflitos. In: VIZENTINI. *Op. Cit.*, p.132-3.
- 19 HOBBSAWM. *Op. Cit.*, p.247. KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 256.
- 20 OLIVEIRA, Francisco de. 2ª ed. **Crítica à razão dualista. O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, p.138-40.
- 21 HALLIDAY. *Op. Cit.*, p. 212.
- 22 “Pois, como observou (...) Hobbes, ‘a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida’ (...) A Guerra Fria entre ESTADOS UNIDOS e União Soviética, que dominou o cenário internacional (...) foi sem dúvida um desses períodos”. HOBBSAWM (2002). *Op. Cit.*, p.224; O ex-Ministro das Relações Exteriores dos ESTADOS UNIDOS cria que os soviéticos seriam expansionistas, cf: KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Univercidade, 1999, p. 882. Tal posição é reforçada pelo fato de não ter sido “(...) a fundação das Nações Unidas em 1945 que determinou as restrições geopolíticas na segunda metade do século XX, mas sim a Conferência de Yalta, dois meses antes, que reuniu Roosevelt, Churchill e Stalin”. WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 23. No tocante a rivalidades entre Estados na nova ordem mundial, há, guardadas as devidas proporções, convergência entre Kissinger e Anderson. Sobre a riqueza americana, cf: CHOMSKY, Noam. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: UNB, 1996, p. 9.
- 23 KURZ, Robert. A fuga para a frente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 nov 2002. Caderno Mais. p. 10
- 24 KISSINGER. *Op. Cit.*, p. 883.
- 25 ANDERSON, Perry. Idéias e ação política na mudança histórica. **Margem esquerda**. São Paulo, v.1, n.1, p. 89-90 maio 2003.
- 26 Cf: ARRIGHI, p. 30-1; KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p.228.
- 27 CARR. *Op. Cit.*, p. 59-61; WALLERSTEIN, Immanuel (org.). **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 36-7.
- 28 KURZ (1997). *Op. Cit.*, p. 59-60.
- 29 Idem, p. 61-2.
- 30 As citações são extraídas de: KLARE, Michael. La nueva estrategia militar de Estados Unidos. In: ALBIÑANA, Antonio. **Geopolítica del caos**. Madrid: Le Monde Diplomatique, 1999, p. 33-5; BONSORAGE. *Op.Cit.* O Ministro da Defesa Lee “(...) Aspin has suggested that the U.S. needs forces capable of simultaneously fighting two large-scale regional wars, carrying

out a Panama-size intervention in our hemisphere, and launching a relief operation the size of the Kurdish rescue, while maintaining forces for rotation if an operation is extended”; Sobre a Otan, cf: PECEQUILO, Cristina. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 292-4.

- 31 A presente parte vale-se principalmente das informações extraídas dos textos: RESEARCH UNIT FOR POLITICAL ECONOMY. Behind the war on Iraq. **Monthly Review**. New York, USA, v.55, n.1, may 2003; DRAPER (a), Theodore. The Gulf War reconsidered. **The New York Review of Books**. New York, USA, v.39, n.1-2 16 jan 1992; DRAPER (b), Theodore. The true story of the Gulf War. **The New York Review of Books**. New York, USA, v.39, n.3 30 jan 1992.
- 32 DRAPER (a). *Op. Cit.*, parte V; “Nos vastos países do Islã, sobretudo antes do século XVIII, a posse da terra é provisória pois que ela, também aí, pertence de direito ao príncipe (...) os senhorios...) ficam disponíveis de novo toda vez que morre o beneficiário. Para o príncipe, essa é uma forma de pagar e de assegurar-se dos serviços dos soldados e dos cavaleiros”. BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 61.
- 33 Sobre Zidanov, cf: KISSINGER. *Op. Cit.*, p.568; O caso iraquiano coadunaria com a visão de que a formação de centros econômicos pujantes ampliaria a liberalização social. Esse “efeito colateral” não agradaria a correntes mais conservadoras do país e da região. BRAUDEL. *Op. Cit.*, p. 75-6.
- 34 HOBBSAWM. *Op. Cit.*, p. 36.
- 35 CHOMSKY, Noam. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: UNB, 1996, p. 80.
- 36 FIORI. *Op. Cit.*, p.55-6. Todavia, para outros, a revolução militar teria seus primeiros grandes efeitos na Iugoslávia, durante a gestão Clinton. ANDERSON (2002). *Op. Cit.*, p. 13.
- 37 CHOMSKY (1996). *Op. Cit.*, p. 87.
- 38 CHOMSKY (1996). *Op. Cit.*, p. 82-3.
- 39 “Threats have become remote,” admitted Republican presidential hopeful and former Defense Secretary Richard Cheney, “so remote that they are difficult to discern.” General Colin Powell, chair of the Joint Chiefs of Staff, groused, “We no longer have the luxury of having a threat to plan for”. BONSORAGE. *Op.Cit*; Sobre o Eixo do Mal, cf: KLARE, Michael. The Clinton Doctrine. **The Nation**. 19 abr 1999; BOROSAGE. *Op.Cit*; Sobre distúrbios a serem contidos, cf: KLARE. *Op.Cit*; PECEQUILO. *Op. Cit.*, p. 284-5.
- 40 RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 43-4. No entanto, não se podem desconsiderar as tergiversações norte-americanas na questão iugoslava, além das divergências internas no Congresso sobre as repercussões que adviriam da Lei Helms-Burton. PECEQUILO. *Op. Cit.*, p. 313.
- 41 KURZ (2002). *Op. Cit.*, p.14.
- 42 Idem, p. 15; ANDERSON. *Op. Cit.*, p.14.
- 43 ARRIGHI, Giovanni. O poder norte-americano. **Praga**. São Paulo, n.8, p.42 ago 1999.
- 44 Sobre o livro de Bush: **A world transformed**. New York: Alfred Knopf, 1998. GRESH, Alain. La guerra interminable contra Irak. In: ALBIÑANA. *Op. Cit.*, p. 97-8
- 45 BERLINCK, Deborah, RUETHER, Graça. Guerra ao ópio no Afeganistão. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 maio 2004 p. 40. O país é responsável pela produção de três quartos do ópio no mundo, que emprega quase dois milhões de pessoas em uma população estimada aproximadamente em 25 milhões. A sua produção é equivalente à metade do PIB, cerca de dois bilhões e meio de dólares. O corpo militar estrangeiro, com efetivo de 15 mil homens, não auxilia na erradicação da produção e comercialização, ao preocupar-se em prender os líderes da rede Al-Qaeda. Um hectare de ópio rende doze mil dólares ao passo que o de cereais, duzentos e vinte e dois.

Resumo

Este artigo, tomando como ponto de partida as Guerras do Golfo, traça o perfil da nova ordem mundial formada com a derrocada da União Soviética e o fim da Guerra Fria, e a ascensão dos Estados Unidos como única superpotência no século XXI. O autor também afirma que a nova ordem mundial, proclamada com vistas à promoção permanente do desenvolvimento e da paz, residiria no binômio político-econômico da democracia neoliberal.

Abstract

This article, taking as a starting point the Gulf Wars, traces the profile of the new world order that took shape with the end of Cold War and the Soviet Union, and the raise of the United States as the major power in the 21st century. The author also affirms that the new world order, proclaimed in order to promote permanent development and peace, combines the economic-politic binomial of the neo-liberal democracy.

Palavras-chave: Guerra do Golfo; Estados Unidos; União Soviética; Nova Ordem Mundial.

Keywords: Gulf War; United States; Soviet Union; New World Order.